

**EXTENSÃO NA MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 151.633 RIO DE JANEIRO**

**RELATOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
**REQTE.(S)** : **SÉRGIO LUIZ CÔRTEZ DA SILVEIRA**  
**ADV.(A/S)** : **GUSTAVO ALVES PINTO TEIXEIRA E OUTRO(A/S)**

**DECISÃO:** Trata-se de pedido de **extensão da decisão liminar** (Pet. STF 3.322/2018, eDOC 32), deferido nestes autos em 19.12.2017 (eDOC 17), formulado por **Sérgio Luiz Côrtes da Silveira**.

O requerente sustenta, em síntese, o seguinte:

a) os fundamentos adotados para decretar a prisão preventiva em desfavor do ora requerente são semelhantes aos considerados inidôneos quando da concessão da liminar ao paciente Miguel Iskin, havendo também adequação fática e jurídica com os argumentos e as razões de decidir expostos no HC 147.192/RJ;

b) presença, na espécie, dos requisitos do artigo 580 do Código de Processo Penal para o deferimento da extensão dos efeitos da decisão que deferiu a liminar, neste feito, pelos seguintes motivos:

“i) o Paciente e o Requerente respondem as mesmas ações penais, em concurso de pessoas; ii) os fundamentos expostos para dar ares de legalidade a segregação cautelar são similares e foram proferidos na mesma decisão; e, o mais importante, iii) a r. decisão que substituiu a prisão preventiva por outras cautelares menos gravosas **NÃO ESTÁ ANCORADA EM MOTIVOS DE CARÁTER EXCLUSIVAMENTE PESSOAL**”.  
(eDOC 32, p. 3)

É o breve relatório.

**Decido.**

## HC 151633 MC-EXTN / RJ

Consoante acentuei ao apreciar o pedido de liminar formulado nestes autos pelo paciente **Miguel Iskin** (DJe 1º.2.2018), a concessão de liminar em *habeas corpus* dá-se em caráter excepcional, em face da configuração do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Preliminarmente, assevere-se que a Segunda Turma, por maioria, em 18.12.2017, **conheceu do HC 147.192/RJ e concedeu a ordem** para substituir a prisão preventiva em desfavor do paciente Marco Antônio de Luca, decretada pelo Juízo da 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro na data de 28.6.2017 (Processo 0504043-55.2017.4.02.5101), por medidas cautelares diversas da prisão, na forma do art. 319 do CPP.

No presente caso, o magistrado de primeiro grau decretou a prisão preventiva do paciente, nos seguintes termos:

### “1) PRISÃO PREVENTIVA

#### 1.1) SERGIO LUIZ CÔRTEZ DA SILVEIRA

O órgão de persecução penal sustenta que diversos crimes foram praticados no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado desde o momento que o ex-Governador **Sérgio Cabral** assumiu o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 01.01.2007 e nomeou **Sérgio Luiz Côrtes** da Silveira como seu Secretário de Saúde.

De acordo com o MPF, o ex-Secretário de Saúde Sérgio Côrtes estaria envolvido na ORCRIM, havendo provas de que ele teria recebido vultosos valores de propina em diversas ocasiões descritas em depoimentos de colaboradores e corroborados por meio de provas obtidas nas medidas cautelares autorizadas pelo Juízo.

As declarações de **Cesar Romero**, ex-assessor jurídico do INTO e exSubsecretário de Saúde, trouxeram à baila importantes informações acerca das pessoas envolvidas, local, forma e frequência dos esquemas de pagamentos de propinas, dando conta, inclusive, de remessa de parte desse dinheiro para

contas em banco nos Estados Unidos (Bank Of America), como forma a ocultar o seu real proprietário (fls. 176/177):

*'QUE, logo no primeiro mês que assumiu o cargo, o COLABORADOR foi jantar na casa de SÉRGIO CÔRTEZ; QUE, no jantar, ambos discutiam os problemas da Secretaria de Saúde quando SÉRGIO CÔRTEZ disse ao COLABORADOR que apesar dos problemas envolvendo a Secretaria de Saúde, financeiramente o trabalho iria compensar para ambos; QUE, para explicar o porquê da afirmação, SÉRGIO CÔRTEZ disse ao COLABORADOR que havia combinado com o Governador SERGIO CABRAL todas as empresas que contratariam com a Secretaria de Saúde deveriam pagar 10% de vantagens indevidas; QUE esses 10% seriam divididos da seguinte forma: 1% para o COLABORADOR, 2% para SÉRGIO CÔRTEZ, 5% para SERGIO CABRAL, 1% para o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, 1% para o 'esquema'; Que MIGUEL ISKIN era o maior fornecedor de material hospitalar para o governo do estado do Rio de Janeiro; Que pagamento de vantagens indevidas referente às próteses e equipamentos das empresas representadas por MIGUEL ISKIN eram feitos por GUSTAVO ESTELLITA; QUE uma vez tais valores arrecadados por GUSTAVO junto às empresas eles eram então repassados a CARLOS MIRANDA, operador de SERGIO CABRAL, o qual tratava de realizar a divisão nas porcentagens acima descritas; QUE na SECRETARIA DE SAÚDE também foi implementado o pregão internacional; QUE, da mesma forma que foi descrito no depoimento anterior, havia um sobre preço nos produtos importados por via do pregão internacional na SECRETARIA DE SAÚDE; QUE tal valor indevido era dividido da seguinte forma: 10% do valor era utilizado para realizar as divisões acima descritas, enquanto que 90% do valor eram divididos entre SÉRGIO CÔRTEZ e MIGUEL ISKIN;'* grifei

(...)

*'QUE o percentual destinado ao COLABORADOR (1%) e a SÉRGIO (2%) passou a ser depositado numa conta nos ESTADOS UNIDOS, o BANK OF AMERICA, em nome do MIGUEL ISKIN; QUE o COLABORADOR tinha os dados específicos desta conta, inclusive a senha; QUE quando da busca e apreensão em sua residência (10 de novembro de 2010), o COLABORADOR foi avisado, na noite da véspera, por SÉRGIO CÔRTEZ, que haveria a diligência de busca e apreensão e que, portanto, era para o COLABORADOR se desfazer dos documentos eventualmente comprometedores; QUE, nesta ocasião, que o COLABORADOR acabou eliminando o documento contendo tais informações referentes a tal conta; QUE parte dos valores provinham de um repasse do MINISTÉRIO DA SAÚDE para a Secretaria Estadual, denominado MAC (Média e Alta Complexidade), que mensalmente era aportado na SES;'* grifei

Note-se que esse colaborador faz menção expressa ao envolvimento de Carlos Miranda e Carlos Bezerra no esquema de propinas da Secretaria de Saúde, não sendo demais lembrar que ambos são também réus nas Operações Calicute e Eficiência justamente por seu envolvimento na operacionalização da propina amealhada por Sérgio Cabral no esquema de pagamento ilícitos mencionados linhas atrás.

Corroboram essas informações, as declarações do colaborador **Vivaldo Filho**, ex-funcionário do operador financeiro e também colaborador Renato Chebar e que seria o responsável direto pelo recolhimento de propina devida a Sérgio Cabral. **Vivaldo Filho**, como César Romero, informa em detalhes o momento do início dos pagamentos, quais seriam os envolvidos, local, forma e frequência dos pagamentos de propinas (fls. 186/187):

(...)

O endereço de pagamento informado pelo colaborador (Rua Macedo Sobrinho, nº 65) foi identificado como sendo local de funcionamento da empresa Oscar Iskin Participações S.A.,

cujos sócio administrador é o requerido **Miguel Iskin** (fl. 190).

No cumprimento de mandado de busca e apreensão referente ao processo nº 0509567-67.2016.4.02.5101 (Operação Calicute), em novembro de 2016, foram apreendidos documentos com centenas de anotações e registros de contabilidade paralela da ORCRIM na residência de **Luiz Carlos Bezerra**. Nas anotações consta que **Sérgio Côrtes** teria pago R\$ 300.000,00, provenientes da Rede D'Or, da qual é VicePresidente, a Francisco de Assis Neto ('Kiko' ou 'Zambi'), proprietário da empresa Corcovado Comunicações Ltda, atualmente preso em decorrência da denominada Operação Calicute (fl. 701).

Resta suficientemente demonstrada, portanto, a vinculação do requerido **Sérgio Côrtes** a vários outros integrantes da ORCRIM capitaneada pelo ex-governador Sérgio Cabral, fornecendo recursos ilícitos, diretamente ou por intermédio do investigado Miguel Iskin, havendo fortes indícios que apontam para a prática de atos de corrupção, lavagem de dinheiro e pertinência à referida ORCRIM.

Narra o MPF que o Colaborador detalha ainda uma série de ilícitos praticados no bojo do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO por Sérgio Côrtes que, na qualidade de Diretor Geral do órgão, atuava direcionando as licitações de modo a favorecer as empresas de Miguel Iskin, também investigado, tal esquema será detalhado adiante.

Mas não é só.

O *Parquet* federal narra em seu requerimento que **Sérgio Côrtes** teria agido de maneira deliberada para **embaraçar as investigações**, atuando com o objetivo de constranger o colaborador César Romero a não celebrar acordo de colaboração premiada, ou fazê-lo de acordo com suas conveniências.

Em que pese tenha César Romero efetivado o acordo no dia 16/03/2017, considero de extrema gravidade o fato de **Sérgio Côrtes** ter feito contato com o colaborador, valendo-se da intermediação de seu cunhado Sérgio Eduardo Vianna Júnior,

## HC 151633 MC-EXTN / RJ

com o fim de obstruir o curso das investigações e tendo se dirigido ao escritório do colaborador para lhe pedir que combinassem os temas que seriam incluídos no acordo (fl. 900):

(...)

Comprovam as declarações do colaborador, não apenas o teor das conversas captadas pelo próprio colaborador, transcritas na sequência, como também as imagens do circuito interno de vídeo do local em que aparece o requerido **Sérgio Cortes** (processo nº 0503027-66.2017.4.02.5101, fls. 8/48);

(...)

Essa conduta parece configurar, no meu entendimento, em análise ainda preliminar, o delito de **obstrução da justiça a ensejar a segregação cautelar do requerido** na forma do artigo 2, §1º da Lei 12.850/2013 a fim de evitar que o requerido persevere em seu intento de interferir no curso das investigações, constringendo testemunhas ou atuando para selecionar eventos delituosos ou potenciais investigados que possam ou não ser chamados em atuais e futuras investigações.

De fato, considerando os elementos de prova trazidos aos autos, são coerentes as conclusões ministeriais acerca do envolvimento de **Sérgio Luiz Côrtes da Silveira** na ORCRIM capitaneada pelo ex-Governador Sérgio Cabral, atuante no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro por meio de sua ramificação na Secretaria de Saúde, levando este Juízo à inarredável conclusão de que a ORCRIM encontra-se em plena atividade, inclusive promovendo a movimentação de altas somas de dinheiro auferidas ilicitamente. Por tudo, considerando os novos elementos de prova colhidos, são igualmente coerentes as conclusões ministeriais acerca do envolvimento do requerido na ORCRIM, ocupando lugar de alta relevância para a movimentação dos valores ilícitos.

Destaque-se ainda a gravíssima informação trazida pelo colaborador de que Sérgio Côrtes já estaria esperando a decretação de sua prisão e de medidas cautelares, tendo inclusive **retirado obras de arte e objetos de valor de sua residência**, bem como **teria cirurgia de coluna pré-agendada**

**para, acaso fosse decretada a sua prisão, ter munção para requerer uma liberdade provisória a fim de realizar o tratamento** (fls. 902/904).

(...)

Nesse contexto, tenho por evidenciados os pressupostos para o deferimento da medida cautelar extrema, consubstanciados na presença do *fumus comissi delicti*, ante a comprovada materialidade delitiva e de indícios suficientes que apontam para a autoria dos crimes de corrupção passiva, peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro pelo requerido.

Encontra-se também presente o segundo pressuposto necessário à decretação da cautelar, qual seja, o *periculum libertatis*, nestes autos representado pelo risco efetivo que o requerido, em liberdade, pode criar à garantia da ordem pública, da ordem econômica, da conveniência da instrução criminal e à aplicação da lei penal (artigo 312 do Código de Processo Penal).

Portanto, reafirmo a necessidade da prisão preventiva, **que não é atendida por nenhuma outra medida cautelar alternativa**, mesmo as estipuladas no art. 319 do CPP, ante o comportamento acima descrito do investigado requerido, que demonstra estar se precavendo contra esta investigação, com provável ocultação de documentos e registros úteis ao esclarecimento dos fatos sob investigação. Acresço que também sua posição de destaque na administração do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por tantos anos, com acesso a documentos e contratos relevantes a esta investigação, é fator que também justifica a cautelar requerida.

Não se olvide, ademais, que tão importante quanto investigar a fundo a atuação ilícita da ORCRIM descrita, com a consequente punição dos agentes criminosos, é a **recuperação do resultado financeiro criminosamente auferido**. Nesse sentido, deve-se ter em mente que no atual estágio da modernidade em que vivemos, uma simples ligação telefônica ou uma mensagem instantânea pela internet são suficientes

## HC 151633 MC-EXTN / RJ

para permitir a ocultação de grandes somas de dinheiro, como as que parecem ter sido pagas em propinas no caso ora sob investigação e que, inclusive, como dito, estariam sendo ocultadas através de contas bancárias de terceiros em outros países.

Nesse contexto, a prisão preventiva de **Sérgio Luiz Côrtes da Silveira**, tal como requerida na representação inicial, é medida que se impõe, seja para garantir a ordem pública, como por conveniência da instrução criminal, nos termos do art. 312 do CPP.

(...)

**Diante de todo o exposto, presentes os pressupostos e as circunstâncias autorizadoras,**

**i.) DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA dos investigados Sérgio Luiz Côrtes da Silveira, Miguel Iskin e Gustavo Estellita Cavalcanti Pessoa e assim o faço para **garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal**, com fundamento nos artigos 312, *caput* e 313, I, ambos do CPP".**  
(eDOC 33, p. 1-39)

Portanto, no presente caso (**HC 151.633 MC-Extn/RJ**), neste juízo prévio e provisório, com fundamento no art. 580 do CPP, identificando adequação fática e jurídica com os argumentos e razões de decidir contidos no acórdão prolatado, em 18.12.2017, pela Segunda Turma no HC 147.192/RJ, bem como na liminar deferida nestes autos em favor do paciente Miguel Iskin (eDOC 17, DJe 1º.02.2018), entendo que os fundamentos usados pelo magistrado de origem, ao decretar a prisão preventiva em desfavor do ora requerente (Processo 0503104-75.2017.4.02.5101), **também** se revelam inidôneos para manter a segregação cautelar ora em apreço, visto que a referida prisão preventiva **da mesma forma** não atendeu aos requisitos do art. 312 do CPP, especialmente no que diz respeito à indicação de elementos concretos, os quais, no momento da decretação, fossem imediatamente incidentes a ponto de ensejar o decreto cautelar.

## HC 151633 MC-EXTN / RJ

Ante o exposto, com fundamento no art. 580 do CPP, **defiro** o pedido de **extensão de liminar, se por algum outro motivo não estiver preso**, para **suspender** a ordem de prisão preventiva decretada em desfavor do requerente **Sérgio Luiz Côrtes da Silveira (Processo 0503104-75.2017.4.02.5101; eDOC 33, p. 1-39; decisão de 6.4.2017, do Juízo da 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro)**, pelas seguintes medidas cautelares diversas da prisão, na forma do art. 319 do CPP:

a) proibição de manter contato com os demais investigados, por qualquer meio (II);

b) proibição de deixar o País, devendo entregar seu(s) passaporte(s) em até 48 (quarenta e oito) horas (IV e art. 320);

c) recolhimento domiciliar no período noturno e nos fins de semana e feriados (V).

Comunique-se, com urgência, ao Juízo de origem.

Reitere-se a requisição de informações ao Juízo da 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Processo 0503104-75.2017.4.02.5101).

Após, dê-se vista dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2018.

**Ministro Gilmar Mendes**

Relator

*Documento assinado digitalmente*